

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO DE 2009 A 2012

Tayane R. C. Sessa¹

Resumo: A Constituição de 1988 estabeleceu diversos instrumentos para a garantia da participação direta e democrática. Um desses mecanismos foram os conselhos gestores que têm como intuito ampliar a participação da sociedade civil nas mais diversas áreas da política pública brasileira. A partir das mobilizações das Conferências Nacionais de Cultura houve uma significativa expansão de conselhos na área de cultura no nível federal e municipal. Nesse contexto, em 2009 foi criado o Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro na I Conferência Municipal de Cultura do município. O presente artigo tem o objetivo de explanar a respeito do Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro do início de sua existência até o final do processo eleitoral de sua primeira eleição, como forma contribuir para construção histórica da instituição. Para tal, será apresentado o contexto de institucionalização do Conselho até a morosa convocação da primeira eleição, quase três anos após o período determinado pelo decreto de criação do órgão. Conjuntamente, serão apresentados os sucessivos descumprimentos das normas de seu Regimento Interno que tornaram o processo eleitoral confuso e pouco transparente, quesitos que não são esperados em procedimentos de um órgão colegiado que tem como intuito proporcionar a cidadania participativa.

Palavras-chave: conselhos gestores, conselhos de cultura, conselho municipal de cultura do rio de janeiro.

Em 2009, com o início do mandato de Eduardo Paes (DEM-RJ), a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) do Rio de Janeiro passou a ser gerida por Jandira Feghali. A escolha de Feghali para o cargo foi resultado de seu apoio à candidatura de Eduardo Paes no segundo turno das eleições municipais de 2008. O fato deu-lhe mais autonomia para realização de suas propostas para a Secretaria. Como exemplo a elevação do orçamento da SMC de 0,6% para 1% da arrecadação da Prefeitura (CARVALHO, 2013, p. 48). Além disso, nas suas propostas para SMC, Feghali tinha dentre outros objetivos criar o Fundo Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, propostas que nunca tinham sido priorizadas pelos secretários de cultura anteriores. Ao assumir a Secretaria, por entender o Conselho como um eixo importante para o desenvolvimento das políticas culturais, Feghali informou em entrevista² ao Jornal O Globo que tinha como uma das prioridades revisar o projeto de lei que foi aprovado na Câmara Municipal em 2007, criando o Conselho Municipal de Cultura, que em sua opinião continha uma série de erros sobre o papel e as funções do conselho, erros os quais fizeram com que o Conselho não estivesse saído do papel até o momento.

¹ Mestranda em Bens Culturais e Projetos Sociais no CPDOC/FGV-RJ. Tayanercs@gmail.com.

² Disponível em < <https://oglobo.globo.com/cultura/jandira-feghali-assume-secretaria-municipal-de-cultura-anuncia-planos-3603716>>. Acessado em 8 de março de 2018.

Ainda em 2009, foi realizada a I Conferência Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (I CMC-RJ) devido ao empenho de mobilização do órgão de Representação Regional do MINC³ no Rio de Janeiro, da Secretaria de Cultura e da eminência da realização da II Conferência Nacional. A I CMC-RJ contou com a participação do poder público, de entidades culturais e da sociedade civil. Seguindo os mesmos eixos e direcionamentos da Conferência Nacional, ocorreram vários debates temáticos sobre as demandas de cultura no município que compiladas auxiliariam na elaboração de estratégias para a criação de políticas culturais para a cidade (SMC-RJ, 2009).

Na abertura da plenária final da I CMC-RJ, em 27 de outubro de 2009, foi sancionada pelo prefeito Eduardo Paes a lei Nº 5101 que criou o Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. No seu Artigo 1º foi especificado o seu caráter de “órgão de representação paritária e deliberativa do Poder Público e da Sociedade Civil e de assessoramento da Administração Pública, no que diz respeito à Política Municipal de Cultura” (RIO DE JANEIRO (Município), 2009). Seus objetivos são:

- I - elaborar diretrizes para política municipal de cultura;
- II - participar, seguindo o calendário nacional ou ainda daquelas que poderão ser convocadas extraordinariamente, da coordenação das Conferências Municipais de Cultura organizadas para avaliar a política do setor e elaborar propostas para o seu aperfeiçoamento;
- III - acompanhar e fiscalizar a implementação das políticas, programas, projetos e ações do Poder Público na área cultural;
- IV - realizar audiências públicas ou outras formas de comunicação, para prestar contas de suas atividades ou tratar de assuntos da área cultural;
- V - receber e dar parecer sobre consultas de entidades da sociedade ou de órgãos públicos;
- VI - elaborar diretrizes que visem à proteção e à preservação de obras e manifestações de valor cultural, histórico e artístico;
- VII - elaborar diretrizes que visem à proteção e à preservação de bens arquitetônicos e paisagístico da Cidade;
- VIII - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

(RIO DE JANEIRO, 2009, Art.2º)

O Conselho de 2009 previu a formação de um conselho provisório que deveria ser nomeado pelo Poder Público com a responsabilidade de sistematizar as normas e práticas do órgão através da concepção de um regimento interno e a organização de eleições para escolha dos conselheiros representantes da Sociedade Civil.

³ Representantes técnicos do Minc que auxiliavam os municípios no desenvolvimentos de ações para adesão ao SNC (SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006).

A lei 5101 de 27 de outubro de 2009 concedeu-se o prazo de 60 dias após sua publicação para criação do regimento interno para o Conselho e a nomeação dos conselheiros de caráter provisório. Em janeiro de 2010 (D.O.RIO, 2010) foram nomeados os conselheiros representantes da Sociedade Civil. Os conselheiros foram nomeados de acordo com algumas linguagens culturais, não foram encontradas informações que justifiquem a determinação dessas linguagens.

O Regimento Interno do Conselho só foi aprovado em agosto de 2010, mesmo a lei de criação do Conselho regulamentando que sua elaboração deveria ser no máximo em 60 dias – ou seja até dezembro de 2009. Além disso, o decreto de criação do conselho também previa que o Regimento fosse fruto das reuniões do Conselho Provisório, contudo, não há informações que comprovem que o Regimento foi resultado de debates desse conselho já que não houve publicação das atas de plenária, muito menos dos comunicados de convocação para reunião – de acordo com a o decreto de criação do Conselho são procedimentos indispensáveis para garantia da transparência do órgão.

O Regimento Interno do Conselho foi publicado em agosto de 2010 e definiu de forma objetiva como seriam as representações da Sociedade Civil e do poder público juntamente com seus deverem e direitos; os critérios de elegibilidade para os candidatos representantes da Sociedade Civil; os órgãos de sua estrutura organizacional; a rotina e os mecanismos para discussão e deliberação; e o direcionamento para o processo eleitoral (D.O.RIO, 2010).

Os 12 representantes do Poder Público ficaram definidos como no mínimo quatro integrantes da Secretaria Municipal de Cultura, bem como representantes das Secretarias Municipais de Educação, de Meio Ambiente e de Turismo, além da representação da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal. As demais quatro vagas do Poder Público poderiam ser livremente distribuídas entre os demais órgãos da Administração.

A Sociedade Civil deveria ser representada por 12 conselheiros, divididos em titulares e suplentes, que se dividiriam no segmento cultural e social. No segmento cultural deveria haver a representação das seguintes linguagens: Cultura Popular, Urbana e Afrobrasileira; Audiovisual; Artes Visuais; Teatro; Música; Dança; Circo; Memória, Patrimônio; Literatura. Essas linguagens foram organizadas em 5 cadeiras de representação sendo uma linguagem titular e a outra suplente, promovendo-se um rodízio a cada ano para que todos os conselheiros do segmento tenham representação ao final do mandato. Para se candidatarem os interessados

deveriam atender ao requisito de ser pessoa jurídica com sede na cidade do Rio de Janeiro, ter atuação comprovada na respectiva linguagem e funcionamento ininterrupto há, no mínimo, três anos. Cada entidade poderia apenas habilitar-se em um único segmento cultural. A sexta cadeira do segmento deveria ser ocupada por titular e suplente de notório saber em uma das linguagens descritas que deveriam ser escolhidos pelo Poder Executivo, um fato incoerente considerando-se que se trata de uma representação da Sociedade Civil, logo, deve ser escolhida pela mesma.

No segmento social, as 6 vagas titulares, e seus respectivos suplentes deveriam ser organizadas de acordo com a seguinte representação: movimento estudantil, indicados pelo CUCA da UNE (Instituto Circuito Universitário de Cultura e Arte da União Nacional dos Estudantes); movimentos comunitários, indicados pela FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro) e pela FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro); universidades públicas e instituições públicas de ensino e pesquisa; empresas, fundações e instituições; e movimentos sociais na área de gênero, de afrobrasileiro, de LGBT e pessoas com deficiência. Em síntese, o Regimento Interno elaborado em 2010 delimitou o seguinte quadro de composição do Conselho:

Quadro 1 – Relação de Representação de Conselheiros segundo o regimento interno elaborado em 2010

SOCIEDADE CIVIL				PODER PÚBLICO	
Vagas	Seguimento Cultural	Vagas	Seguimento Social	Vagas	Órgão Público
1	Cultura Popular, Urbana e Afrobrasileira	1	Movimento Estudantil	4	SMC
1	Audiovisual e Artes Visuais	1	Movimentos Comunitários	1*	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
1	Teatro e Música	1	Universidades e Instituições Públicas de Ensino e Pesquisa	1*	Secretaria Municipal de Educação

1	Dança e Circo	1	Empresas, fundações ou instituições	1*	Secretaria Municipal de Turismo
1	Memória, Patrimônio e Literatura	2	Movimentos Sociais	1*	Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal
1	Notório saber cultural			4	Abertas ao demais órgãos da Administração Municipal

Fonte: Elaboração própria. (1* refere-se a pelo menos um representante desse órgão público).

O Regimento Interno também previu o processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil. A eleição deveria ser coordenada pela Secretaria Municipal de Cultura, que teria a incumbência de divulgar os prazos para habilitação de entidades e escolha dos conselheiros, bem como de comprovar a observância dos critérios de elegibilidade dos mesmos.

Em agosto de 2012 iniciou-se o processo da primeira eleição do conselho municipal de cultura, quase dois anos após a criação do conselho. A instituição da eleição deu-se por intermédio da publicação da Resolução N° 232 que concebeu a regulamentação da eleição e os critérios de seleção da comissão eleitoral e a regulamentação da eleição (D.O.RIO, 2012). Assim como o Regimento Interno, não há evidências que a Resolução que definiu os trâmites da eleição tenha recebido contribuições do Conselho Provisório – exigência da Lei Municipal de N° 5101 de 27 de outubro de 2009 que criou o Conselho.

A comissão eleitoral definida na Resolução N° 232 seria responsável por todo o processo eleitoral. Deveria ser constituída por 8 pessoas sendo duas representantes da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, uma da secretaria municipal de educação e três representantes da Sociedade Civil.

A Resolução N° 232 instituiu que o processo se daria em duas fases sendo a primeira a habilitação das candidaturas e formação do colégio eleitoral e a segunda fase a votação. Na primeira fase as instituições deveriam entregar a documentação para a comprovação de

adequação as exigências de candidatura para as vagas do segmento social ou cultural que pretendiam concorrer. Após a habilitação, as instituições aptas iriam para a segunda fase, marcada inicialmente para o dia 26 de setembro de 2012.

O colégio eleitoral foi definido como integrado por todas as entidades regularmente inscritas e habilitadas na primeira fase do processo. Para exercer o direito ao voto, a entidade deveria indicar, por meio de ofício assinado pelo representante legal da entidade, a pessoa habilitada para representá-la na eleição. Além disso, as instituições estavam limitadas a votar dentro do seu próprio segmento, ou seja, uma instituição que estava concorrendo uma vaga do segmento cultural não poderia votar para as representações do segmento social e vice-versa.

A regulamentação da eleição também definiu a mesa receptora de votos, órgão que teria a incumbência de chefiar a segunda fase das eleições e garantir a idoneidade do processo. A mesa receptora de votos deveria ser constituída por dois representantes da comissão eleitoral criada pela Resolução N° 232; um representante da representação do Poder Legislativo no Conselho Provisório; um representante dos membros do conselho provisório, dois representantes da Sociedade Civil, sendo um de cada segmento.

A primeira etapa da eleição contou a inscrição de 19 instituições, sendo 13 para o segmento cultura e 5 para o segmento social - uma instituição inscreveu-se para os dois segmentos. Vale ressaltar que eram 16 vagas para ambos os segmentos, considerando as suplências, o que demonstra a baixa capilaridade da eleição. Foram habilitadas 18 instituições: 12 segmento cultural e 6 do segmento social.

A votação foi realizada no dia 22 de novembro de 2012 na coordenação da mesa receptora de votos que divulgou o seguinte resultado:

Figura 1 – Resultado do Processo Eleitoral 2012

Nº de candidatos	18
Nº de votantes	16
Nº de faltosos	2
Nº de cédulas distribuídas	16
Nº de cédulas recebidas	16
Nº de cédulas inutilizadas	2
Nº de votos nulos	3
Nº de votos em branco	5
Nº de votos válidos nas linguagens dos 02 Segmentos	85

Fonte: D.O.Rio 04/12/12 p.59.

Analisando a mesma ata de eleição que informou o quadro acima, publicada no D.O.Rio 04/12/12 p.59, foram contabilizados 74 votos nas linguagens dos dois segmentos ou invés de 85, como é demonstrado no **Quadro 2**.

Quadro 2 – Recontagem de Votos Eleição 2012

Segmentos	Instituição	Linguagem	Quantidade de Votos
Segmento Cultural	Instituto Tá na Rua	Cultura Popular	9
	Fundação Darcy Ribeiro	Cultura Afrobrasileira	5
	Observatório de Favelas	Audiovisual	6
	Projéteis-Cooperativa Carioca de Empreendimentos Culturais	Teatro	9
	Sated/ Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do RJ	Circo	10
	Sindicato dos Profissionais de Dança do Estado do RJ	Dança	7
	MII/ Sociedade Amigos do Museu de Imagens do Inconsciente	Patrimônio	10
	Instituto Brasil de Pesquisa e Divulgação	Literatura	9
Segmento Social	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré	Empresas, Fundações e Instituições	2
	Associação Comercial do RJ	Empresas, Fundações e Instituições	1
	Associação Cultural Amigos do Agito	Empresas, Fundações e Instituições	1
	CIMA/ Centro de Cultura e Informação e Meio Ambiente	Empresas, Fundações e Instituições	1

	FAM RIO/ Federação das Associações de Moradores do Município do RJ	Empresas, Fundações e Instituições	1
	AFROBRASILEIRO – COBRA/ Centro de Estudos e Cooperação	Movimentos Sociais	3
Total de Votos			74

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da publicação do D.O.Rio do dia 04/12/12 p.59.

No trabalho de apuração da mesa receptora de votos verificou-se o empate na suplência do Segmento Social (Empresas, Fundações e Instituições). De acordo com a regulamentação da eleição deveria ser realizado um 2º pleito para desempate, então definiu-se que agendar-se-ia um novo turno para desempate da vaga de suplente no segmento social para representação de empresas fundações e instituições e aproveitar-se-ia o pleito para o preenchimento das vagas sem candidatos inscritos no segmento cultural para a suplência na linguagem de artes visuais e de música e no segmento social para a vaga de titular e duas suplências na representação de movimentos sociais de Gênero, LGBT e Pessoas Deficientes. No segundo pleito, realizado no dia 14 de dezembro de 2012, foram eleitos os suplentes da representação de empresas e fundações e da linguagem de músicas (D.O.Rio, 2012, p. 57). As demais vagas ficaram em vacância, conforme descrito na Figura 2 - Resultado da eleição de Conselheiros da Sociedade Civil 2012.

No dia 19 de dezembro de 2012 foi divulgado o resultado final das eleições. Como balanço do processo da primeira eleição do Conselho pode-se afirmar que foi convocada de tardia, quase 3 anos após a criação do Conselho; Sobre a construção do processo de eleição não há evidências que foi resultado da contribuição do Conselho Provisório, como era previsto pela Lei Nº 5101 de 27 de Outubro de 2009; Além de todos os problemas resultantes de um regimento eleitoral mal formulado limitou excessivamente o colégio eleitoral e ainda não foi cumprido no que diz respeito as representações da comissão eleitoral e mesa receptora de votos. Todavia, o fator mais alarmante de todo o processo foi a não compatibilidade de votos válidos divulgados pela Secretaria Municipal de Cultura e a contagem individual realizada nessa pesquisa, o que permite margem de questionamento de idoneidade da eleição.

Figura 2 - Resultado da eleição de Conselheiros da Sociedade Civil 2012

SEGMENTO CULTURAL	LINGUAGEM	ENTIDADE	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CULTURA POPULAR, URBANA e AFROBRASILEIRA	CULTURA POPULAR	INSTITUTO TÁ NA RUA	Marcelo de Oliveira Bragança	TITULAR
	CULTURA AFROBRASILEIRA	FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO	Haroldo Costa	SUPLENTE
	CULTURA URBANA	VAGO	-	-
AUDIOVISUAL e ARTES VISUAIS	AUDIOVISUAL	OBSERVATÓRIO DE FAVELAS DO RJ	Elisnalva Souza Silva	TITULAR
	ARTES VISUAIS	VAGO	-	-
TEATRO e MÚSICA	TEATRO	PROJETEIS – COOPERATIVA CARIOCA DE EMPREENDIMENTOS CULTURAIS	Patrick Sampaio Fernandes	TITULAR
	MÚSICA	VAGO	-	-
DANÇA e CIRCO	CIRCO	SATED - SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES DO EST. DO RJ	Jorge Coutinho	TITULAR
	DANÇA	SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA DANÇA DO ESTADO DO RJ	Denise Acquarone de Sá	SUPLENTE
MEMÓRIA, PATRIMÔNIO e LITERATURA	PATRIMÔNIO	MII - SOCIEDADE AMIGOS DO MUSEU DE IMAGENS DO INCONSCIENTE	Euripedes Gomes da Cruz Jr.	TITULAR
	LITERATURA	INSTITUTO BRASIL DE PESQUISA E DIVULGAÇÃO	Marcelo Trisciuzzi	SUPLENTE
	MEMÓRIA	VAGO	-	-

SEGMENTO SOCIAL	ÁREA	ENTIDADE	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
EMPRESAS, FUNDAÇÕES e INSTITUIÇÕES	INSTITUIÇÃO	ASSOC. REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ	Alberto Aleixo de Souza	TITULAR
MOVIMENTOS SOCIAIS: GÊNERO, AFROBRASILEIRO, LGBT e PESSOAS DEFICIENTES	MOVIMENTO SOCIAL AFROBRASILEIRO	COBRA – CENTRO DE ESTUDOS E COOPERAÇÃO BRASIL CONTINENTE AFRICANO E DIÁSPORA	Luiz Eduardo Alves de Oliveira	TITULAR

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da publicação do D.O.Rio do dia 27/11/12 p.44.

Em junho de 2013 os representantes do Poder Público foram nomeados, iniciando uma nova fase do Conselho.

Conclusão

A primeira eleição do Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro decorreu-se de um encadeamento de contrariedades e descasos. Primeiro com o fato de ter sido convocada praticamente três anos após a constituição do Conselho, enquanto no decreto de criação estipulava-se o prazo máximo de seis meses para a convocatória. Outra ponto é não haver

evidências que a regulamentação do processo foi elaborado pelo Conselho Provisório, já que não houve publicações das atas dessas reuniões e ser um dever do Conselho a divulgação da ata de todas as reuniões de plenária.

Esses quadros evidenciam a pouca participação da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Cultura do Rio de Janeiro no período, o que pode ter resultado na baixa capilaridade de eleitores na eleição. Tratando-se de um organismo que tem como principal objetivo garantir a participação democrática nas políticas culturais do município é necessário que quesitos como transparência e ampla participação sejam garantidos em todas as etapas do processo eleitoral.

Bibliografia

- CARVALHO, B. G. (2013). *Rio Como Fomos: Políticas Culturais de 2001 a 2012*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, FGV, CPDOC, Rio de Janeiro.
- D.O.RIO. (11 de Janeiro de 2010). Atos da Secretária: Resolução SMC N.º 140, de 30 de Dezembro de 2009. Designa os Representantes da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Cultura. *Secretaria de Cultura*, p. p. 30 .
- D.O.RIO. (31 de Agosto de 2010). Atos do Prefeito: Decreto N° 32719 de 30 de Agosto de 2010. *Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*, pp. p. 3-5.
- D.O.RIO. (13 de Agosto de 2012). Atos do Secretário: Resolução SMC N° 232 de 10 Agosto de 2012. *Secretaria de Cultura*, pp. p. 30-32.
- D.O.Rio. (19 de Dezembro de 2012). Secretaria de Cultura. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*(186), p. 57.
- RIO DE JANEIRO (Município). (27 de 10 de 2009). Lei N° 5101 de 27 de Outubro de 2009. *Dispõe Sobre a Criação do Conselho Municipal de Cultura, Suas Atribuições e Composição e Dá Outras Providências*.
- RIO DE JANEIRO. (11 de Janeiro de 2010). Secretaria de Cultura. *Diário Oficial do Município*(198), 30.
- SMC-RJ. (2009). *Relatório da I Conferência de Cultura. Cultura: Integração e Direito à Cidade*. Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.